

EDITAIS, AVISOS E PEDIDOS DE VISTA

EDITAL Nº 13/2017

Dispõe sobre processo seletivo, em caráter temporário e excepcional, para ocupantes dos cargos efetivos de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados e de Oficial de Justiça Avaliador, do Quadro III-Poder Judiciário do Estado do Ceará.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º da Resolução do Órgão Especial nº 15/2016, de 09 de junho de 2016, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico de 13 de junho de 2016;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Tornar pública a realização de processo seletivo, em caráter temporário e excepcional, para ocupantes dos cargos efetivos de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados e de Oficial de Justiça Avaliador, deste Poder, com o objetivo de atuar, mediante disposição por prazo determinado, em comarcas nas quais inexistam servidores efetivos habilitados ao cumprimento de mandados judiciais, em conformidade com as normas do presente Edital.

Art. 2º As comarcas participantes e os quantitativos de servidores a serem selecionados por comarca para cumprimento do objeto do processo seletivo de que trata este Edital são os seguintes:

COMARCA	QUANT. SERVIDORES
COMARCA DE ARACOIABA	2
COMARCA DE IPAPORANGA	1
COMARCA DE IRACEMA	2
COMARCA DE IRAUCUBA	2
COMARCA DE ORÓS	2
COMARCA DE SENADOR POMPEU	2
COMARCA DE SOLONÓPOLE	2
COMARCA DE TAMBORIL	2

CAPÍTULO II

DOS PARTICIPANTES

Art. 3º Poderão participar do presente processo seletivo, os Analistas Judiciários - Especialidade Execução de Mandados e os Oficiais de Justiça Avaliadores em efetivo exercício neste Poder, observadas as condições a seguir:

I. lotados em comarcas com coordenadoria de cumprimento de mandados instalada, cujo quantitativo de Oficiais de Justiça Avaliadores / Analistas Judiciários - Execução de Mandados seja de, pelo menos, 0,5 vezes o quantitativo de unidades judiciárias, arredondado para o maior inteiro;

II. lotados em comarcas sem coordenadoria de cumprimento de mandados instalada, cujo quantitativo de Oficiais de Justiça Avaliadores / Analistas Judiciários - Execução de Mandados seja de, pelo menos, 1 (um) para cada unidade judiciária.

Parágrafo único. Para efeito do disposto nos incisos I e II deste artigo, são consideradas unidades judiciárias: as varas, os juizados especiais, os juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher e as turmas recursais.

CAPÍTULO III

DO PRAZO DA SELEÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 4º As disposições dos servidores selecionados para as comarcas dispostas no art. 2º serão exercidas, inicialmente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogadas por igual período, a pedido prévio e fundamentado do Juiz Diretor do Fórum da comarca de destino.

Parágrafo único. Durante o período da disposição temporária, o servidor fará jus à percepção de diárias e ao reembolso da despesa de combustível relativa ao deslocamento rodoviário entre as comarcas de origem e de destino, mediante comprovação, respeitadas as disposições da Resolução do Órgão Especial nº 09, de 22 de agosto de 2013, disponibilizada no Diário de Justiça de 23 de agosto de 2013.

CAPÍTULO IV

DA INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

Art. 5º Os servidores interessados em participar do processo seletivo deverão efetuar as respectivas inscrições no prazo de 4 (quatro) dias úteis, a contar da data de publicação deste Edital, por meio de formulário eletrônico disponibilizado na página da Intranet do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) e no Portal (www.tjce.jus.br), com acesso possibilitado pela matrícula e senha de consulta do extrato de pagamento.

Art. 6º No ato da inscrição, o servidor indicará a comarca pretendida à disposição temporária, em conformidade com a relação constante do art. 2º deste Edital.

Art. 7º No decorrer do prazo de inscrição, o formulário eletrônico ficará disponível para que o candidato possa alterar a comarca pretendida ou cancelar sua participação no processo seletivo.

Parágrafo único. Fica vedada a desistência de participação no processo seletivo de que trata este Edital após o término do prazo de inscrição previsto no art. 5º.

Art. 8º Somente serão válidas as inscrições efetuadas no período entre 10 horas do primeiro dia do prazo de inscrição e 23 horas e 59 minutos do último dia do prazo de inscrição.

CAPÍTULO V DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 9º A classificação dos candidatos inscritos no processo seletivo obedecerá os critérios objetivos na seguinte ordem:

- I. lotados em comarcas com coordenadoria de cumprimento de mandados instalada;
- II. lotados em comarcas sem coordenadoria de cumprimento de mandados instalada;
- III. Maior tempo de serviço público prestado no Poder Judiciário do Estado do Ceará, no exercício de cargo de provimento efetivo e/ou exclusivamente comissionados;
- IV. maior idade.

Art. 10 Decorrido o prazo de inscrição, será publicado Edital com a classificação provisória, seguido de prazo de 2 (dois) dias para interposição de recurso via sistema SAJADM-CPA, encaminhado à Divisão de Seleção e Gestão por Desempenho.

Art. 11 Decorrido o prazo recursal e a análise dos recursos devidamente protocolizados, será publicado o Edital de classificação final do processo seletivo, homologado pela Presidência do Tribunal de Justiça.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 Não havendo manifestação de interesse no processo seletivo de que trata este Edital, a Presidência do Tribunal de Justiça designará Analistas Judiciários - Especialidade Execução de Mandados ou Oficiais de Justiça Avaliadores em efetivo exercício neste Poder para atuar nas comarcas referidas no art. 2º, em caráter temporário e excepcional, nos termos dos arts. 3º e 4º deste Edital

Art. 13 A disposição temporária dos servidores classificados no presente processo seletivo será autorizada por portaria da Presidência do Tribunal de Justiça.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, aos 03 de março de 2017.

Desembargador Francisco Gladysson Pontes
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

OUTROS EXPEDIENTES

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA Nº 10/2017

Assunto: Diárias e Indenização de Transporte
Interessado(a): Dr. Tácio Gurgel Barreto e outros

Reconheço a dívida de exercício anterior, autorizo a emissão de nota de empenho e o pagamento dos valores referentes aos processos de diárias e indenização de transporte de magistrados, conforme quadro abaixo, cuja despesa está vinculada ao primeiro grau de jurisdição.

Referência	Magistrado(a)	Valor Diária (R\$)	Valor Indeniz. Transporte (R\$)	Valor Total diária+IT(R\$)	Período de Referência	Qtde. de Diárias
8520318-07.2016.8.06.0000	TÁCIO GURGEL BARRETO	1.636,25	-	1.636,25	Nov/2016	3 c/pernoite 1 s/pernoite
8520269-63.2016.8.06.0000	TÁCIO GURGEL BARRETO	2.571,25	-	2.571,25	Nov/2016	5 c/pernoite 1 s/ pernoite
8520313-82.2016.8.06.0000	INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO	1.813,00	-	1.813,00	Nov/2016	3 c/pernoite 1 s/ pernoite
8520246-20.2016.8.06.0000	INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO	2.849,00	-	2.849,00	Nov/2016	5 c/pernoite 1 s/ pernoite
8519967-34.2016.8.06.0000	TÁCIO GURGEL BARRETO	2.571,25	632,34	3203,59	Out/2016	5 c/pernoite 1 s/ pernoite
8519964-79.2016.8.06.0000	HENRIQUE LACERDA DE VASCONCELOS	2.706,55	638,04	3.344,59	Out/2016	5 c/pernoite 1 s/ pernoite
8519960-42.2016.8.06.0000	INÁCIO ALENCAR CORTEZ NETO	3.367,00	-	3.367,00	Out/2016	6 c/pernoite 1 s/ pernoite